

Coisas da Política

Governo enreda-se em equação insolúvel

Se confirmar-se o que alguns dos mais qualificados economistas do país estão projetando para o futuro do Plano Collor II, o destino da hábil manobra política do presidente de envolvimento dos novos governadores, em entendimento com mão dupla, ameaça desembocar, a médio prazo, num escuro beco sem saída.

A linha de raciocínio não se enrosca no cipoal do economês nem mergulha em profundidades indecifráveis para a grande massa ignara dos jejunos na sofisticada especialidade que saboreia seu instante de luminoso prestígio como o requinte intelectual da moda, especialmente quando se enfeita com o adorno do PhD, com direito a diploma em inglês.

Para o desenho das perspectivas do governo, a simplicidade da lógica baixa no terreiro e desembaraça os caminhos da compreensão.

Convém iniciar o trajeto pelo atalho político para que se relembre a inspiração e os objetivos da esperta jogada de Collor, atraindo os governadores para montagem da pinguela que facilite a travessia para a margem do Congresso, permitindo a armação de razoável base de sustentação, cimentada com a solidez da massa da permuta de interesses.

O dado novo atirado no tapete é, como se sabe, a ousada precipitação da candidatura de Orestes Quérzia à sucessão presidencial do fim de 94, portanto, daqui a três anos e meio, equilibrada no andor do PMDB do Q, recém-arrematado no leilão da sigla e em apressado processo de recuperação, com alto investimento e mais o molho de badalada competência.

Intrometendo-se no palco com desabusado desembarço, abrindo caminho a cotoveladas, Quérzia criou um terrível complicador para o esquema de Collor. Não apenas por ter antecipado de maneira irreversível a especulação sucessória, forçando definições no negrume de tempos de crise, quando não se enxerga um palmo adiante do futuro. Mas, principalmente, pela instalação do seu palanque no abagunçado bloco centrísta no Congresso, rachando-o pelo radicalismo de sua oposição tática, tão vazia de convicções quanto enfartada pela assumida ambição do senhorio do PMDB do Q.

Não param aí os apertos presidenciais causados pelo sôfrego candidato. Acrescente-se mais um motivo de irritação: Quérzia constrange Collor quando se apresenta empunhando a sedutora bandeira do desenvolvimento, como o reverso da recessão, que parece mais amarga

quando se imagina que está sendo sorvida em vão, sem a perspectiva compensadora da estabilidade da economia e do desafogo do arrocho salarial.

Se o governo pudesse acenar com o braço da confiabilidade com dias de fartura e pleno emprego, a imitação juscelinista de Quérzia não provocaria mais do que leve urticária na epiderme do presidente. Acontece que a recessão espicha-se além do razoável e a cada dia mais se cristaliza a generalizada sensação da inutilidade da provação imposta à sociedade pelo experimento acadêmico da bem-intencionada e juvenil equipe da dona Zélia.

No transe depressivo, Quérzia salta à garupa da esperança, firme na sela do partido arrendado e posto a seu serviço.

Para suavizar as complicações semeadas na roça do governo, Collor escapuliu pela tangente da aproximação com os novos governadores. Fácil a abordagem pelo imediato reconhecimento das vantagens das duas partes. O presidente beneficia-se do reflexo parlamentar da gratidão dos governadores, socorridos na angústia de estados que herdaram com os cofres raspados, ~~sem caixa para pagar~~ a folha do funcionalismo inflacionada pelo empreguismo desbragado de seus antecessores, eleitos pelo PMDB na vertigem do Cruzado em 86. Como lucro acessório nada desprezível o governo procura montar, na mesma operação, instrumento de controle e pressão sobre os orçamentos estaduais, bloqueando o lançamento de títulos estaduais, fonte realimentadora da inflação.

É hora de retomar o fio da meada. Na primeira arremetida, os governadores reclamam socorro urgente para a rolagem das dívidas e algum por fora para tapar rombos na conta do mês. Precavido, o governo tem sido pródigo em afagos e mesquinho como onzenário ao abrir a bolsa.

Não deve demorar muito para que os governadores voltem à carga com novas urgências. Pagar funcionários em dia é obrigação de rotina. A generosidade que irriga o Rio de Janeiro no agrado a Brizola, justificada pela obrigação de embelezar a cidade que sediará a Eco-92, provoca a cascata de inveja. A romaria da reivindicação apenas começou e não pára mais. O governo não terá como atendê-la, engasgado pela equação insolúvel em que se enredou ao perder a capacidade de se financiar. Na hora próxima do beco terá que optar entre a recaída na inflação ou desagravar os governadores. É o que se chama de escolha impossível.